



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

CURSO	DIREITO
DISCIPLINA	DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
ANO LETIVO	DOIS MIL E DEZESSEIS
SEMESTRE	SEGUNDO
TURNO	TERCEIRO
CARGA HORÁRIA	SESSENTA HORAS AULA
NOME DO PROFESSOR	SÉRGIO SAMPAIO FIGUEIRA

EMENTA

A disciplina tem como marco teórico a Teoria Geral do Direito Internacional Privado, envolvendo: conceito e características, objeto, denominação, fontes – Lei, Tratados e Conferência da Haia, além das diferenças com o Direito Internacional Público; Aplicação da Lei no Espaço: Conflitos de Leis no Espaço e a Norma de Direito Internacional Privado; Aplicação do Direito Estrangeiro e do Direito Processual Civil Internacional; Cooperação Jurídica Internacional; Homologação de Sentença Estrangeira; Arbitragem no Direito Internacional Privado; Direito de Família e Direito Internacional Privado. Esses temas serão ministrados na relação entre o professor, os acadêmicos e os conteúdos, de forma integrativa. Desse tripé, resultará o estabelecimento da relação de conhecimento e de análise crítica construtiva para aplicação acadêmica e, ulteriormente, no âmbito profissional.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Identificar os aspectos conceituais, características, objeto, denominação, fontes e diferenças entre o Direito Internacional Privado e o Público.

Assinalar a aplicação da Lei no Espaço, em especial, nos casos de conflitos de leis no espaço e a norma de Direito Internacional Privado.

Descrever sobre as possibilidades de aplicação do Direito Estrangeiro e do Direito Processual Civil no Sistema Jurídico Brasileiro.

Delinear acerca da cooperação jurídica internacional e o Brasil, incluindo as formas, os regimes das provas adotadas.

Examinar a forma de homologação da sentença estrangeira no Brasil, inclusive aquelas de procedências penais com efeitos civis, sem olvidar daquelas proferidas pelos tribunais internacionais.

Analisar a possibilidade de adoção da Arbitragem no Direito Internacional Privado, incluindo sua previsão nos tratados de alcance global, nas Américas, no MERCOSUL, além da homologação de laudos arbitrais estrangeiros no Brasil.

Avaliar a aplicação do Direito de Família e o Direito Internacional Privado, em especial, o casamento no Direito Internacional Privado, a prestação transnacional de alimentos, adoção internacional e o sequestro internacional de crianças.

Analisar a interação entre os conhecimentos teóricos abordados e a possibilidade de aplicação pelos Acadêmicos em seus cotidianos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas dialogadas e atividades práticas por meio de realizações de pesquisa em referenciais atualizados e adstritos ao Direito Internacional Privado, considerando que os resultados alcançados, além de serem fornecidos aos demais Acadêmicos da Turma, serão apresentados por Escrito e com defesa em Classe.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. Conceito. Características. Objeto e Denominação. Fontes: Lei. Tratados. Notas sobre a Conferência de Haia de Direito Internacional Privado. Diferenças entre Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.

CARGA HORÁRIA: 8 horas aula.

UNIDADE II – APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO: CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO E A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. Problemática. Histórico. Norma do Direito Internacional Privado e sua estrutura. Objetos e elementos de conexão: tipos – Estatuto Pessoal: Domicílio. Nacionalidade. *Lex fori. Lex rei sitae. Lex loci delicti commissi. Lex loci executionis. Lex loci solutionis. Lex regit – lex loci contractus* – Lugar de constituição de obrigação. Autonomia da vontade. Outros elementos. Referências acerca da constituição de pessoas jurídicas. Institutos básicos do Direito Internacional Privado: Qualificação. Ordem Pública. Reenvio. Direito Adquirido.

CARGA HORÁRIA: 12 horas aula.

UNIDADE III – APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO E DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL. Aspectos elementares. Aplicação do Direito Estrangeiro: Verificação e prova do conteúdo do Direito Estrangeiro. Interpretação do Direito Estrangeiro e sua incidência no caso concreto. Exceções à aplicação do Direito Estrangeiro. Competência Internacional: Noções gerais. Princípios básicos. Competência da autoridade judiciária brasileira no plano internacional. Competência concorrente. Competência exclusiva, Competência Internacional nos Tratados. Competência Internacional no Novo Código de Processo Civil. Litispendência Internacional. Litispendência Internacional no Novo Código de Processo Civil. Cláusula de eleição de foro estrangeiro e Prova de fatos ocorridos no estrangeiro.

CARGA HORÁRIA: 8 horas aula.

UNIDADE IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: Aspectos propedêuticos. Cooperação Jurídica Internacional e o Brasil. Cartas Rogatórias no Brasil: Rogatórias enviadas pelo Brasil: Rogatórias Ativas, Rogatórias recebidas pelo Brasil: Rogatórias Passivas. Normas relativas às rogatórias nos Tratados. Cartas Rogatórias no Novo Código de Processo Civil. Regime das Provas. Cooperação Internacional no campo Cível e arcabouço Institucional: Autoridades centrais. Redes de cooperação entre órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público. IberRED – Rede Iberoamericana de Cooperação Judiciária. Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional

M. J. J. J.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO**

dos Países de Língua Portuguesa (Rede Judiciária da CPLP). Auxílio direto. Cooperação Jurídica Internacional no Novo Código de Processo Civil: Auxílio direto.

CARGA HORÁRIA: 8 horas aula

UNIDADE V - HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA. Aspectos preliminares. Homologação da Sentença Estrangeira no Brasil: Competência. Condições para homologação de uma sentença estrangeira no Brasil. Processo. Homologação de Sentenças Penais para efeitos Cíveis. Homologação nos Tratados. Homologação no Novo Código de Processo Civil. Sentenças Proferidas por Tribunais Internacionais.

CARGA HORÁRIA: 8 horas aula.

UNIDADE VI - ARBITRAGEM NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. Aspectos elementares. Lei n.º 9.037 de 23 de setembro de 1996 (Lei da Arbitragem). Arbitragem nos Tratados: A Arbitragem nos Tratados de Alcance Global: Protocolo relativo à Cláusulas de Arbitragem (Protocolo de Genebra). Convenção sobre Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque). Arbitragem nas Américas: Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (Convenção do Panamá). Convenção Interamericana sobre Eficácia e Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Montevideu). Arbitragem no MERCOSUL: Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do MERCOSUL (Acordo de Buenos Aires). Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (Protocolo de *Las Leñas*). Homologação de Laudos Arbitrais Estrangeiros no Direito Internacional Brasileiro. Homologação de Laudos Arbitrais Estrangeiros no Novo Código de Processo Civil.

CARGA HORÁRIA: 12 horas aula.

UNIDADE VII - DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: Casamento no Direito Internacional Privado: Sistema Sintético e Sistema Analítico. Celebração do Casamento de Estrangeiros no Brasil e de brasileiros no Exterior. Casamento Consular. Divórcio Consular. Registro no Brasil do Casamento celebrado no Exterior. A constância e o fim do casamento no Direito Internacional Privado: normas aplicáveis. Normas Aplicáveis ao divórcio quanto à homologação decretado no exterior. Prestação Transnacional de Alimentos: Convenção de Nova Iorque sobre cobrança de alimentos no Estrangeiro. Convenção Interamericana sobre obrigação alimentar (Convenção de Montevideu). Adoção Internacional. Sequestro Internacional de Crianças: Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças (Convenção de Haia). Competência para examinar ação de guarda relativa à criança levada lícitamente para o Brasil por genitor(a) brasileiro(a).

CARGA HORÁRIA: 10 horas aula.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

AVALIAÇÃO

Dar-se-á de forma interfaceada durante as aulas, visando ocorrer o processo ensino-aprendizagem, com estímulo a percepção cognitiva, sem olvidar das avaliações por meio de atividades práticas e, caso necessário, com aplicações de provas discursivas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMORIM, Edgar Carlos. Direito Internacional privado. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio do. Manual de direito internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2002.

CANTERO, Carlos Marcial Russo. El MERCOSUR ante la necesidad de Organismos Supranacionales. Asunción, Paraguay: Intercontinental, 1999. ISBN 99925-41-69-5.

D'ARCY, François. União Européia. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer Stiftung, 2002. ISBN 85-7504-031-6.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria geral do Estado. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LOBO, Maria Teresa de Cárcomo. Manual de Direito Comunitário, 50 ANOS DE INTEGRAÇÃO. Curitiba: Juruá, 2007. ISBN 978-85-362-1540-2.

MATOS, Adherbal Meira. Direito Internacional Público. Renovar, s/a.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito Internacional Público. 2ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

MORAES, Alexandre. Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001. ISBN 85-224-2940-5.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. 3. ed. ver. amp. e atual. Bahia: Jus PODIVM, 2011. ISBN 85-7761-392-5.

POZZOLI, Lafayette. Direito Comunitário Europeu: uma perspectiva para a América Latina. São Paulo: Método, 2003. ISBN 85-86456-56-X.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROQUE, Sebastião José. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1992.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CURIA, Luiz Roberto. WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos, CÉSPEDES, Livia (Colab.). *Vade Mecum*. Obra Coletiva. São Paulo: Saraiva, 2011. ISBN 978-85-02-13394-5.

FERREIRA FILHO, Roberval Rocha (Org.). STJ: Principais Julgamentos. Bahia: Jus PODIVM, 2009. ISBN 85-7761-168-X.

_____. STF: Principais Julgamentos. Bahia: Jus PODIVM, 2009. ISBN 85-7761-196-X.

SALDIVAR, Linneo Ynsfran. *Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario*. Asunción, Paraguay: MARBEN, 2004.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

ASSINATURA DO PROFESSOR

ASSINATURA DA COORDENADORA DO CCD

Coordenador(a) do Curso de Direito
Portaria 1278/2016 UNIFAP